

Quércia e Cardoso não se entendem sobre a política de alianças

São Paulo — Sem conseguir mudar a posição do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), contrário a acordos com o PFL e o PTB, o governador eleito Orestes Quércia, às vésperas de uma viagem à Europa, concluiu ontem a série de consultas ao PMDB paulista sobre a composição de sua equipe de governo e as alianças partidárias que pretende fazer para obter maioria na Assembléia Legislativa.

Quércia embarca amanhã para uma permanência de uma semana na Itália. Em entrevista, disse que continuará cobrando do governo federal mudanças econômicas que solucionem a crise. Negou que peça a troca dos ministros da área econômica mas prometeu: "Enquanto os ministros merecerem a confiança do presidente, eles serão pressionados por nós."

Sem consultar a bancada do PMDB, o governador eleito anunciou que o seu líder na Assembléia Legislativa será o deputado Roberto Purini, reeleito agora para a terceira legislatura.

Depois de conversar durante uma hora com Quércia, Fernando Henrique reiterou que se mantém contra acordos com o PFL e o PTB, e que preferia alianças com o PT e o PDT, "partidos cujos programas estão mais próximos do ideário do PMDB".

Reconheceu que Quércia tem o direito de fazer os acordos que quiser para alcançar maioria na Assembléia Legislativa (o PMDB elegeu apenas 37 dos 84 deputados estaduais) e destacou que "em política não se fecham os acordos que se prefere, mas os que são possíveis".

Como candidato a prefeito em 1985, e a senador em 1986, Fernando Henrique foi vítima de violentos ataques por parte do PFL e do PTB. Um dos que mais o atacou em 1986 foi o presidente regional do PFL, José Maria Marin, em reunião com a bancada federal na manhã de ontem, obteve aprovação para prosseguir os entendimentos com o governador Orestes Quércia.

Quércia garantiu não ter nenhum secretário escolhido e disse que só revelará sua equipe de governo no início de março, devendo concluir os entendimentos, no Legislativo até meados de fevereiro, quando inicia viagem aos Estados Unidos. Na Itália, Quércia será homenageado na região de Padula, onde moravam seus parentes, como um dos descendentes bem sucedidos fora da Europa.

PT aprova referendo da Constituição mas não elege seu líder

São Paulo — A bancada do Partido dos Trabalhadores na Constituinte aprovou oficialmente a tese do referendo popular por temas da nova Constituição. Na primeira reunião da bancada nacional petista, porém, não foi possível escolher o líder dos 16 parlamentares. Esta questão ficou para o próximo encontro marcado para o dia 31, em Brasília.

Ontem, a bancada federal do PT debateu os aspectos formais da instalação do novo Congresso. Para o PT, o Congresso Nacional somente deveria constituir uma mesa de trabalhos, a da Constituinte, até que a Carta Magna fique pronta.

— Se tiver alguma lei ordinária importante para a gente votar, a Mesa abre uma exceção e, sem burocracia os deputados vota". Explicou o presidente do partido, Luís Inácio Lula da Silva.

Durante a tarde, a bancada do PT discutiu e aprovou sugestões de regulamento para os trabalhos da Constituinte. Para os deputados petistas e a comissão política da Executiva Nacional do PT — que também participou da reunião — todas as leis do chamado entulho autoritário deveriam deixar de existir no período constituinte. Ou seja, o país deixaria de conviver com a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve, a Lei do Estado de Emergência.

Além disso, os parlamentares entendem que a Constituição não deveria ser elaborada por apenas uma grande Comissão Constitucional, votada por todos, como quer o PMDB. A proposta do PT é que o Congresso Constituinte se divida em inúmeras comissões por temas, como ordem econômica, forças armadas, direitos legislativos. "Cada comissão produziria o seu relatório que depois seria apresentado e julgado em plenário", disse o deputado José Genoíno.

Buscando seguir como parâmetros a "democratização e a participação na Constituinte", os deputados aprovaram também a tese do referendo popular para que a Constituição seja promulgada. A cada tema polêmico (por exemplo, a reforma agrária), duas alternativas seriam expostas para o povo e este votaria na melhor. Dos 16 parlamentares do PT eleitos em todo o país faltaram à reunião João Paulo e Paulo Delgado, de Minas Gerais; Eduardo Jorge e Gumercindo Milhomem, de São Paulo; e Renato Paim do Rio Grande do Sul.